

Feminismos e História: um encontro com o passado

Margareth Rago

Depto de História - UNICAMP

Tendo em vista explorar a contribuição que os feminismos trouxeram para a produção do conhecimento histórico nas últimas décadas, no Brasil, sugiro começar avaliando uma questão tão simples, hoje em dia, para qualquer historiadora: os novos temas que se abriram para a pesquisa histórica contemplaram a presença feminina e inscreveram definitivamente na História as mulheres, brancas e negras, pobres e ricas, antes tão silenciadas na produção historiográfica. No passado, vez por outra, lá surgia nos livros dos historiadores, alguma figura feminina cálida, sem rosto e sem vida, apagada, sem graça alguma. Era assim nas páginas de alguns viajantes que, percorrendo o país nos séculos 18 ou 19, registravam umas presenças ausentes, sem voz, escondidas por trás das cortinas, que apareciam de relance na sala, sob o olhar vigilante do pai, grande proprietário de terras, como bem mostrou Tânia Navarro Swain. Ou então, as escravas amedontradas, obedientes, como que dando graças por estarem vivas trabalhando como mucamas, ou satisfazendo sexualmente os poderosos e seus filhos.

Nos anos trinta, Gilberto Freyre deu um grande espaço às mulheres em seus famosos estudos, mas de um lado ou de outro, silenciava-as ou confinava-as na figura da mulher sem autonomia, incapaz de pensamentos mais elaborados, sombras girando em torno dos senhores. Foi um grande alívio encontrar a escrava Caetana, personagem central do livro de Sandra Lauderdale Graham que disse não a todos porque não queria casar-se.¹ Esse livro, publicado em 2002, conta a história da insubordinação de uma escrava rebelde, que é obrigada a casar-se com um outro escravo por ordem do seu senhor proprietário de terras e de escravos, que quer manter a moralidade da casa grande, onde Caetana cuida de suas filhas. Contudo, esta não só não consuma o casamento, desobrigando-se da noite de núpcias, como obriga o senhor a desfazer o que havia feito. E assim, consegue livrar-se, ao menos do matrimônio.

¹LAUDERDALE GRAHAM, Sandra. *Caetana says no: women's stories from a Brazilian slave society*. New York : Cambridge University Press, 2002

Também foi com grande alegria que, nos anos oitenta, o “acontecimento” *Cotidiano e Poder* ressoou entre nós, trazendo uma análise bastante sofisticada de Maria Odila Leite da Silva Dias, sobre as estratégias informais de sobrevivência criadas pelas mulheres pobres, mães independentes na São Paulo do século 19, no mesmo momento em que passávamos a conhecer a anarquista Maria Lacerda de Moura, por obra da historiadora Miriam Moreira Leite.² Desfazendo o mito da passividade feminina, especialmente das mulheres pobres e sozinhas, Maria Odila não apenas desconstruiu os discursos masculinos e moralistas de historiadores consagrados, como trouxe a presença feminina nas ruas e atividades comerciais da cidade de São Paulo, a partir de múltiplas fontes documentais, enquanto Miriam produziu uma biografia que dava destaque aos pensamentos, reflexões e ativismo da oradora, professora e militante libertária nascida em Minas Gerais. Assim conhecemos os livros *A mulher é uma degenerada?*, *Religião do Amor e da Beleza*, *Han Ryner e o Amor Plural*.³

A partir da década de oitenta, na verdade, registra-se uma verdadeira explosão dos temas femininos, seja no campo da História Social, seja no da Nouvelle Histoire, abordando assuntos que vão desde a presença das mulheres nas greves, manifestações operárias e outras formas de luta social até a bruxaria, a prostituição, a loucura, o aborto, a maternidade e o parto, a saúde, a sexualidade, a história das emoções e dos sentimentos, para grande surpresa e insatisfação dos antigos historiadores, acostumados às questões econômicas e políticas de uma macrohistória.⁴

Não há dúvidas de que a entrada desses novos temas se fez pela pressão crescente das mulheres, que invadiram as universidades, além de inúmeros outros espaços sociais, e criaram seus próprios núcleos de estudo e pesquisa, desde então. Intelectuais feministas, assumidas ou não, forçaram a inclusão dos temas que falavam de si, que narravam as suas próprias histórias e descobriram suas antepassadas. Como analisa a historiadora Norma Telles, desconhecíamos nosso próprio passado, não tínhamos referências nas quais nos apoiármos para reinventar o presente e desenhar

² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Power and Everyday Life: The Lives of Working Women in Nineteenth-Century Brazil*. Translated by Ann Frost. NJ:Rutgers University Press, 1995. LEITE, Miriam L. Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática,1984

³ *A mulher é uma degenerada?* São Paulo: Typ.Paulista, 1924, 1ªed.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932; 3ed.- *Religião do Amor e da Beleza*. São Paulo: Condor,1926; *Han Ryner e o Amor Plural*, São Paulo: Unitas, 1928

⁴ Bassanezzi, C. ;Del Priore, Mary. *Historia das Mulheres no Brasil*. S.Paulo: Editora Contexto, 1997.

novos futuros, menos ainda tínhamos uma bagagem a ser transmitida para as mais jovens, tamanha a ausência das mulheres nos registros históricos da vida política, social e sobretudo cultural do país, até então. Diz ela,

“O processo de exclusão das mulheres das narrativas históricas determinou tanto a escassez de obras femininas, em comparação com as masculinas, como também sua falta de transmissão. Nunca é demais enfatizar como é importante a transmissão de um legado para a geração seguinte. Assim trata-se não só de descobrir o passado, mas também novas formas de relacionar-se com ele e de transmiti-lo.”⁵

Nessa direção, Norma Telles trouxe uma grande contribuição para o conhecimento das escritoras desde o século 19, as quais, como sabemos, ainda não constam dos livros tradicionalmente respeitados de História da Literatura. Até as décadas de 1980 e 1990, pelo menos, nomes como Maria Firmina dos Reis, Júlia Lopes de Almeida, Maria Benedita Câmara Borman - Délia, Lola de Oliveira, Carmen Dolores, Narcisa Amália, entre muitas outras, continuavam absolutamente desconhecidos e apenas recentemente algumas dessas obras têm vindo a público.⁶

- do feminismo negro e suas histórias

Em relação ao feminismo negro, vale lembrar que também deu e tem dado crescente visibilidade às mulheres negras e, além disso, criticou veementemente as negativas representações e imagens sobre as/os negras/os constitutivas do mito da democracia racial. Se desde os trabalhos pioneiros sobre o negro no Brasil, de Arthur Ramos a Abdias do Nascimento, temos um elenco surpreendente de homens que se projetam na vida cultural e política do país, seja como abolicionistas a exemplo de André Rebouças e José do Patrocínio, seja como escritores, de Gonçalves Dias a

⁵ TELLES, Norma. “Notas para uma aula: história das mulheres”, mimeo, 2007, p.2.

⁶ TELLES, Norma. *Encantações. Escritoras e imaginação literária no Brasil do século XIX*. São Paulo: Nat Editorial, 1998.

Machado de Assis e Lima Barreto, as mulheres negras apenas entram em cena a partir do trabalho das próprias feministas negras, na década de 1980 em diante.

Nessa direção, é apenas com a emergência do feminismo negro passamos a conhecer figuras femininas do passado e do presente, a exemplo da ativista e intelectual Lelia Gonzalez. Como observa Sueli Carneiro, este trabalho se deu inicialmente pelo investimento das pesquisadoras brancas na construção de seus objetos de pesquisa e, posteriormente, pela iniciativa das intelectuais negras, formadas em número cada vez maior – embora ainda reduzido - nas universidades brasileiras, que passam a atuar como as próprias produtoras do conhecimento histórico de suas lutas e experiências.⁷ Assim, as mulheres negras ganham destaque na historiografia, a exemplo de Chica da Silva ou de Benedita da Silva, autora de uma autobiografia. Vale lembrar ainda que, nos anos sessenta, Carolina Maria de Jesus aparecia no cenário cultural, graças à ajuda do jornalista Audálio Dantas, com o famoso livro *Quarto de Despejo*, traduzido para vários idiomas e muito divulgado nos Estados Unidos por obra dos *Brazilianistas*.⁸ A segunda autobiografia não teve tanto sucesso, mas também foi traduzida para diversas línguas.

Como lembra Célia Marinho Azevedo, a geração posterior, no caso, a militante de esquerda Benedita da Silva acabou tendo uma trajetória de maior projeção e sucesso, já que conseguiu tornar-se uma política famosa e assumir o cargo de governadora do Rio de Janeiro, em 2002. Nascida décadas muitas depois de Carolina de Jesus (1914), Benedita (1947) iniciou sua carreira política como vereadora em 1982, isto é, já em meio às mobilizações feministas no país, após militância na Associação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, sendo eleita deputada federal em 1986. Os tempos, sem dúvida, eram outros se comparados ao período em que vive e escreve sua predecessora, cujo diário é publicado inicialmente em 1960.

Assim sendo, podemos concluir que o passado construído na perspectiva masculina apenas, contado pela direita ou pela esquerda, pelos intelectuais positivistas ou pelos historiadores marxistas, já não nos dizia nesse momento de profunda transformação vivida na sociedade brasileira e de intensa luta contra a ditadura militar, e

⁷ CARNEIRO, Sueli. “A Mulher Negra na Sociedade Brasileira – o papel do Movimento Feminista na luta anti-racista.” In: MUNANGA, Kabengele (org.) *História do Negro no Brasil*. Vol. 1. *O Negro na Sociedade Brasileira: Resistência, Participação, Contribuição*. Fundação Cultural Palmares-MinC/CNPq, 2004, pp.286-336.

⁸ JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo. Diário de uma Favelada*. São Paulo: Ática S. A., 1994

precisava ser reinterrogado a partir de novos olhares e problematizações, através de outras categorias interpretativas, criadas fora da estrutura falocêntrica especular. A descoberta da origem da “mãe moderna” a partir do modelo rousseauísta, proposta por Elisabeth Badinter, por exemplo, foi fundamental tanto para se reforçar o questionamento do padrão de maternidade que havia vigorado inquestionável até os anos de 1960, quanto para fortalecer a luta feminista pela conquista de novos direitos. A história do corpo feminino trouxe à luz as inúmeras construções moralistas e misóginas do poder médico, para o qual a constituição física da mulher por si só inviabilizaria sua entrada no mundo dos negócios, da cultura e da política. O questionamento das mitologias científicas sobre sua suposta natureza, sobre a questão da maternidade, do corpo e da sexualidade foi fundamental em termos da legitimação das transformações libertadoras em curso desde os anos setenta, com a segunda vaga do movimento feminista.

O campo das experiências históricas consideradas dignas de serem narradas ampliou-se consideravelmente e juntamente com a emergência dos novos temas de estudo, isto é, com a visibilidade e dizibilidade que ganharam inúmeras práticas sociais, culturais, religiosas, antes silenciadas, novos sujeitos femininos foram incluídos no discurso histórico, partindo-se inicialmente das trabalhadoras e militantes, para incluírem-se, em seguida, as bruxas, as prostitutas, as freiras, as parteiras, as loucas, as domésticas, as professoras, entre outras. A ampliação do conceito de cidadania, o direito à história e à memória não se processavam apenas no campo dos movimentos sociais, passando a ser incorporados no discurso, ou melhor, no próprio âmbito do processo da produção do conhecimento.

- no campo teórico

Para tanto, novos conceitos e categorias tiveram de ser introduzidos a partir das perguntas levantadas pelo feminismo e dos deslocamentos teóricos e práticos provocados. Por que se privilegiavam os acontecimentos da esfera pública e não os constitutivos de uma história da vida privada? Por que se desprezavam a cozinha em relação à sala e a casa em relação à rua? Onde uma história dos segredos, das formas de circulação e comunicação femininas, das fofocas, das redes interativas construídas nas

margens, igualmente fundamentais para a construção da vida em sociedade? Quais as possibilidades de uma História no feminino? Não apenas a história das mulheres, mas a história contada no registro feminino?⁹ E o que dizer de uma história da subjetividade, da qual sequer suspeitávamos?

Neste contexto, ficou evidente a precariedade e estreiteza do instrumental conceitual disponível para registrar as práticas sociais que passavam a ser percebidas, embora existentes desde sempre. Para o historiador formado na tradição marxista, especialista na recuperação histórica das lutas sociais e da dominação de classes, como falar das práticas desejanças, com que conceitos poderia construir uma história do amor, da sexualidade, do corpo ou do medo? Como trabalhar a questão da religiosidade e das reações diante da vida e da morte?

No casos dos estudos feministas, o sucesso da categoria do gênero explica-se, em grande parte, por ter dado uma resposta interessante ao impasse teórico existente, quando se questionava a lógica da identidade e se decretava o eclipse do sujeito. Categoria relacional, como observou Joan Scott, encontrou campo extremamente favorável num momento de grande mudança das referências teóricas vigentes nas Ciências Humanas, e em que a dimensão da Cultura passava a ser privilegiada sobre as determinações da Sociedade. Assim como outras correntes de pensamento, a teoria feminista propunha que se pensasse a construção cultural das diferenças sexuais, negando radicalmente o determinismo natural e biológico. Portanto, a dimensão simbólica, o imaginário social, a construção dos múltiplos sentidos e interpretações no interior de uma dada cultura passavam a ser priorizados em relação às explicações econômicas ou políticas.

Em termos da historiografia, estas concepções se aproximaram das formuladas pela História Cultural. Esta pos em evidência a necessidade de se pensar o campo das interpretações culturais, a construção dos inúmeros significados sociais e culturais pelos agentes históricos, as práticas da representação, deixando muito claro que o predomínio prolongado da História Social, de tradição marxista, secundarizou demais o campo da subjetividade e da dimensão simbólica. Exceção feita a E. P. Thompson, que aliás se tornou extremamente famoso apenas na década de oitenta como um marxista

⁹Tânia Navarro Swain - "Feminino/Masculino no Brasil do século XVI: um estudo historiográfico", 1995, (mimeo).

heterodoxo, grande parte dos estudos históricos de tendência marxista mantinham-se presos ao campo da política e da economia, este sendo considerado o “lugar do real” e da inteligibilidade da história. Apenas nas últimas décadas, passou-se a falar incisivamente em imaginário social, nas representações sociais, em subjetividade e, para tanto, a História precisou buscar aproximações com a Antropologia, a Psicanálise e a Literatura. Além disso, na medida em que o discurso passou a ser dotado de positividade, os historiadores também perceberam que era inevitável interrogar o próprio discurso e dimensionar suas formas narrativas e interpretativas.

Em relação aos “estudos feministas”, e a despeito das inúmeras polêmicas em curso, vale notar que a categoria do gênero abriu a possibilidade da constituição dos estudos também sobre as masculinidades, num campo teórico e temático bastante renovado e radicalmente redimensionado. Após a “revolução feminista” e a conquista da visibilidade feminina, após a constituição da área de pesquisa e estudos feministas, consagrada academicamente em todo o mundo, os homens foram chamados a entrar, desta vez, em um novo solo epistêmico. E’ assim que emergiram os estudos históricos, antropológicos, sociológicos - interdisciplinares - sobre a masculinidade, com enorme aceitação. Cada vez mais, portanto, cresceram os estudos sobre as relações de gênero, sobre as mulheres, em particular, ao mesmo tempo em que se constitui uma nova área de estudos sobre os homens, não mais percebidos enquanto sujeitos universais.

Sem dúvida alguma, os resultados das inúmeras perspectivas abertas têm sido dos mais criativos e instigantes. O olhar feminista permite reler a história da colonização no Brasil, no século 16, a exemplo do que realiza Tânia Navarro Swain, desconstruindo as imagens e representações construídas pelos viajantes sobre as formas de organização dos indígenas, sobre a sexualidade das mulheres, supostamente fogosas e promíscuas, instituindo sua amoralidade. Num excelente trabalho genealógico, a historiadora revela como os documentos foram apropriados e re-interpretados pela historiografia masculina, através de conceitos extremamente misóginos, cristalizando-se imagens profundamente negativas a respeito dos primeiros habitantes da terra, considerados para sempre incivilizados e incapazes de cidadania.

As possibilidades abertas para os estudos históricos pelas teorias feministas são inúmeras e profundamente instigantes: da desconstrução dos temas e interpretações masculinos às novas propostas de se falar femininamente das experiências do

cotidiano, da micro-história, dos detalhes, do mundo privado, rompendo com as antigas oposições binárias e de dentro, buscando respaldo na Antropologia e na Psicanálise, incorporando a dimensão subjetiva do narrador.

Na historiografia feminista, vale notar, a teoria segue a experiência: esta não é buscada para comprovar aquela, aprioristicamente proposta. Opera-se uma des-hierarquização dos acontecimentos: todos se tornam passíveis de serem historicizados, e não apenas as ações de determinados sujeitos sociais, sexuais e étnicos das elites econômicas e políticas, ou de outros setores sociais, como o proletariado-masculino-branco, tido como sujeito privilegiado por longo tempo, na produção acadêmica. Aliás, as práticas passam a ser privilegiadas em relação aos sujeitos sociais, num movimento que me parece bastante democratizador. Assim, como diria Paul Veyne, o que deve ser privilegiado pelo historiador passa a ser dado pela temática que ele recorta e constrói, e não por um consenso teórico exterior à problemática, como acontecia antes quando se trabalhava com o conceito de modo de produção, por exemplo, ou ainda, quando a preocupação maior com o passado advinha de suas possibilidades em dar respostas à busca da Revolução. A realidade já não cede à teoria.